



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO

CMU 000349 - 16h 24/ Fev/ 2025 16:00

Ofício 42



Ofício nº 048/2025/GAPRE

Uruguaiana, 24 de fevereiro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Joalcei Alves Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana
NESTA

Assunto: Encaminha Resposta.

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar a **Comunicação Interna nº 129/2025 da Secretaria Municipal de Administração (SECAD)**, em resposta ao **Ofício nº 08/2025/DLEG**, do Poder Legislativo, onde o Vereador Anderson Menezes da Silva, solicita providências, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

Atenciosamente,


Carlos Alberto Delgado de David,
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
Secretaria Municipal de Administração

C.I. nº. 129/2025

De: SECAD – Gabinete do Secretário

Para: SEGOV

Uruguaiana, 14 de fevereiro de 2025.

Assunto: **Ofício nº 07/2025/DLEG.**

Em atenção ao recebimento da C.I. nº 08/2025, o ofício nº 07/2025/DLEG, vimos por intermédio desta informar que os setores responsáveis já cumprem o determinado em Lei, inclusive cito como exemplo o caso dos 02 (dois) últimos concursos realizados pelo Município de Uruguaiana. Os editais mencionados a seguir encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

Importante salientar que inclusive as vagas reservadas já estão sendo ocupadas.

Segue exemplo:

Edital nº 031/2023 – Concurso Público nº 01/2023

Item 2 – Do Preenchimento da Vagas

Item 2.2 - da reserva de vagas para pessoas com deficiência – PCD

Edital nº 040/2023 – Concurso Público nº 02/2023

Item 2 – Do Preenchimento da Vagas

Item 2.2 - da reserva de vagas para pessoas com deficiência – PCD

Sem mais para o momento, fico à disposição para quaisquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Ecilma Barreto de Oliveira Herrera

Secretária de Administração

Prefeitura Municipal de Uruguaiana



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

OFÍCIO EXECUTIVO Nº 07/2025/DLEG

Uruguaiana, 15 de janeiro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Carlos Alberto Delgado de David
Prefeito
Nesta

Assunto: Solicitação de providências.

Senhor Prefeito,

1. Servimo-nos do presente para, em atenção ao Requerimento nº 4, do Vereador Anderson Menezes da Silva, protocolizado nesta Casa sob o nº 0013/2025/_EG e aprovado pela Comissão Representativa, solicitar que Vossa Excelência determine aos setores competentes que observem o disposto no artigo 150 da Lei Orgânica Municipal, mais especificamente, seu parágrafo único:

*Parágrafo Único – Em observância ao disposto nos incisos II e IV, fica o Poder Executivo Municipal obrigado a preencher com **pessoas portadoras de deficiência**, desde que habilitadas, cinco por cento (5%) das vagas em concurso público e três por cento (3%) das vagas aos cargos em comissão (emenda n.º 09/95). (grifo nosso)*

2. Justifica-se o presente pela necessidade de cumprimento da Lei Orgânica Municipal, que constitui uma obrigação essencial da administração pública. Essa normativa estabelece o dever de promover a inclusão e assegurar a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura que “todos são iguais perante a lei”, garantindo o respeito aos princípios da ssonomia e da dignidade da pessoa humana.

3. A reserva de vagas para pessoas com deficiência é uma medida concreta e essencial para promover a inclusão social, visando corrigir desigualdades históricas e garantir a essas pessoas o acesso ao mercado de trabalho. Essa política não apenas proporciona oportunidades de inserção, mas também possibilita uma contribuição ativa e significativa para a sociedade. Além disso, o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, reforça a necessidade de criar condições para a inclusão e valorização da diversidade, assegurando que todos possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, sem discriminação.

4. Dessa forma, ao ser signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), com status de norma constitucional, o Brasil assume o compromisso de promover a inclusão e garantir igualdade de acesso às oportunidades para pessoas com deficiência. Cumprir essa responsabilidade não só fortalece a diversidade nas instituições,